

1.2 — Conferir posse aos titulares de cargos de direcção intermédia;

1.3 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários em congressos, seminários, estágios, reuniões, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes de reconhecido interesse que se realizem no estrangeiro, as quais devem envolver o número de funcionários estritamente necessário e não prejudicar o normal funcionamento dos serviços;

1.4 — Conceder a equiparação a boseiro, dentro e fora do País, nos termos, respectivamente, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, desde que não implique a necessidade de novo recrutamento;

1.5 — Autorizar a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e em feriados, prevista no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, bem como a prestação de trabalho extraordinário ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do artigo 274.º do mesmo diploma;

1.6 — Conceder licenças sem vencimento por um ano e de longa duração, previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como autorizar o regresso ao serviço nos casos de licenças de longa duração e de acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro, nos termos do n.º 2 do artigo 82.º e do n.º 2 do artigo 88.º do referido diploma;

1.7 — Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos referidos no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

1.8 — Proceder à constituição de fundos permanentes de dotações de pessoal (ajudas de custo).

2 — Consideram-se ratificados todos os actos praticados pela secretária-geral, licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, a partir do dia 12 de Março de 2005, no âmbito dos poderes ora delegados, até à data do presente despacho.

1 de Junho de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 14 592/2006

Por despacho de 19 de Junho de 2006 da secretária-geral do Ministério da Cultura a bacharel Margarida da Glória Neves Silva, técnica profissional de 2.ª classe da carreira de assistente de relações públicas do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária, desde 9 de Junho de 2005, como técnica estagiária, foi reclassificada como técnica de 2.ª classe da carreira técnica do mesmo quadro, ficando posicionada no escalão 1, índice 295, da escala salarial da referida categoria, com efeitos a 19 de Junho de 2006.

23 de Junho de 2006. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Instituto das Artes

Aviso (extracto) n.º 7720/2006

Por despacho do director do Instituto das Artes de 22 de Junho de 2006, Pedro Nuno de Matos Barbosa foi nomeado, com provimento definitivo, na categoria de técnico superior principal da carreira de consultor jurídico do quadro deste Instituto, na sequência do concurso interno de acesso limitado, considerando-se exonerado no lugar que vem ocupando a partir da data da aceitação.

23 de Junho de 2006. — O Director, *Jorge Vaz de Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 7721/2006

Por despacho do director do Instituto das Artes de 23 de Junho de 2006, Miquelina Cabrito Nunes foi nomeada, com provimento definitivo, na categoria de técnica de 1.ª classe, do quadro deste Instituto, na sequência do concurso interno de acesso limitado, considerando-se exonerada do lugar que vem ocupando a partir da data da aceitação.

27 de Junho de 2006. — O Director, *Jorge Vaz de Carvalho*.

Instituto Português de Arqueologia

Despacho (extracto) n.º 14 593/2006

Por despacho de 21 de Junho de 2006 do director deste Instituto, Dalila Susana da Rocha Correia, técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal do Parque Arqueológico do Vale do Côa, transita para a categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de arqueólogo do mesmo quadro

de pessoal, na sequência de reclassificação profissional, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, na aplicação do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com efeitos à data da publicação no *Diário da República*, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar.

22 de Junho de 2006. — A Chefe de Repartição, *Leopoldina Cova*.

Despacho (extracto) n.º 14 594/2006

Por despacho de 21 de Junho de 2006 do director deste Instituto, obtida a anuência do serviço de origem, Susana Maria Piteira Palhas, assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, foi nomeada, por transferência, para lugar de idênticas categoria e carreira do quadro de pessoal do Instituto Português de Arqueologia, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar.

23 de Junho de 2006. — A Chefe de Repartição, *Leopoldina Cova*.

Instituto Português de Museus

Aviso n.º 7722/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 2 de Junho de 2006 do director do Instituto Português de Museus, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico profissional principal da carreira técnico-profissional de museografia no quadro de pessoal do Museu do Abade de Baçal, aprovado pela Portaria n.º 824/93, de 8 de Setembro.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Conteúdo funcional — o técnico profissional de museografia executa, sob orientação de um conservador ou técnico superior, trabalhos diversos nas áreas da conservação preventiva, inventariação, estudo, exposição e comunicação do património cultural.

4 — Local de trabalho — Rua do Conselheiro Abílio Beça, 27, 5300-011 Bragança.

5 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento do lugar, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — podem ser opositores ao presente concurso candidatos vinculados à função pública desde que se encontrem nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais:

Ser funcionário de qualquer serviço ou organismo da administração central;

Encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro.

8 — Método de selecção — a selecção dos candidatos será feita mediante avaliação curricular.

Na avaliação curricular serão apreciados os seguintes factores:

- Habilitação académica de base;
- Experiência profissional;
- Formação profissional;
- Avaliação do desempenho.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.